

Discurso para a 65ª Assembleia Geral das Nações Unidas

Nova Iorque

25 de Setembro de 2010

Verificar na altura da distribuição

Esta notável organização já existe há dois terços de um século. Duração três vezes maior do que a do seu organismo precursor – a Liga das Nações. E mais longa do que as tentativas anteriores de dar forma a uma abordagem colectiva contínua aos problemas comuns dos estados membros.

A pergunta que devemos fazer-nos hoje é se as Nações Unidas continuam eficazes na confrontação com os desafios dos nossos dias. A ONU foi criada no deprimente rescaldo de dois dos conflitos mais mortais da história da humanidade. Com quase 80 milhões de pessoas mortas. Famílias inteiras e gerações quase inteiras perdidas para sempre. Vilas, cidades e países totalmente destruídos. O mundo uniu-se por necessidade.

Tinha de haver uma melhor maneira. E no decorrer das décadas desde a nossa primeira reunião em São Francisco, temos conseguido evitar mais uma guerra mundial, embora às vezes isto tenha parecido um pouco incerto.

Hoje, enfrentamos um diferente conjunto de desafios e em diferentes circunstâncias estratégicas, políticas e económicas. Vivemos actualmente num mundo mais multipolar e mais interligado do que nunca. Temos à nossa frente a faca de dois gumes da globalização. A transformação da economia global elevou os padrões de vida e tirou da pobreza muitas centenas de milhões de pessoas. Ao mesmo tempo, a crescente interdependência dos mercados financeiros globais assegurou que nenhum país ligado à economia global ficasse imune ao impacto da Crise Financeira Mundial.

Além disso, a rápida transformação da comunicação global e o aumento radical da movimentação global das pessoas melhoraram o bem-estar de toda a humanidade. Mas, ao mesmo tempo, eles criaram ou no mínimo ampliaram um novo conjunto de ameaças de segurança para toda a humanidade: doenças pandémicas, crime organizado multinacional e a ameaça contínua de terrorismo mundial.

E ainda existe o desafio global das alterações climáticas. As emissões de carbono incontroladas de um estado têm impacto na sobrevivência a longo prazo de todos os estados. As alterações climáticas não respeitam fronteiras nacionais ou geográficas. As alterações climáticas exigem simultaneamente respostas globais tanto nacionais como integradas.

Por isso, dois terços de um século após a nossa criação, nós, as Nações Unidas, enfrentamos presentemente desafios globais cada vez mais complexos num mundo cada vez mais fragmentado – e um espaço internacional cada vez mais disputado. Potências emergentes estão a remodelar gradualmente as ordens regionais e globais em um sistema cada vez mais multipolar. Temos agora múltiplos jogadores com interesses competitivos abrangendo todo o espectro internacional. Económicos, ambientais e de segurança.

Estas novas realidades globais criam uma urgência de sistemas de governança global responsivos, representativos e, de modo mais premente, eficazes. Se não conseguirmos que a ONU funcione a fim de tornar as suas instituições pertinentes perante os grandes desafios que todos nós enfrentamos neste momento, o facto desagradável será que a ONU tornar-se-á um espaço vazio. Os países membros poderão manter o modelo da ONU, mas cada vez mais procuram passar por cima da ONU e utilizam outros mecanismos para alcançar resultados reais. E é essa a questão que todos nós enfrentamos hoje. Uma questão da nossa vontade política colectiva para fazer com que as instituições existentes funcionem. Para juntar a legitimidade existente e única do sistema da ONU à recém-descoberta eficácia sobre a segurança, desenvolvimento e alterações climáticas.

Vamos ver três exemplos de como o sistema actual não está a cumprir as expectativas.

Quanto ao desenvolvimento, os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio ficaram aquém das metas que estabelecemos há apenas uma década – em parte porque nem todos os países dadores estão a cumprir o compromisso financeiro que assumiram.

Quanto às alterações climáticas, o progresso da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (CQNUAC) em Copenhaga não reflectiu o desafio global que estamos a enfrentar presentemente.

Quanto ao desarmamento, a Conferência sobre o Desarmamento está em estado de inércia há 12 anos apesar das recomendações da recente Conferência de Revisão do Tratado de Não Proliferação que requer actualmente esforços urgentes.

Sr. Presidente, as Nações Unidas têm a maioria das estruturas essenciais no lugar. Mas para que as estruturas funcionem, temos de providenciar a vontade política necessária para fazê-las funcionar. Em outras palavras, temos de possibilitar que as instituições que criámos façam o trabalho para o qual foram criadas. Posto em palavras nuas e cruas, temos de fazer aquilo que dizemos.

Se tivermos uma Conferência sobre o Desarmamento, temos de fazer o desarmamento, não fingir que o fazemos. Se dissermos que temos uma convenção sobre as alterações climáticas – ela tem de esforçar-se por resolver o problema das alterações climáticas. O mesmo se aplica ao desenvolvimento.

De outro modo, a credibilidade da ONU aos olhos do mundo – e dos nossos próprios cidadãos – eventualmente sucumbirá.

Não necessitamos de mais um grande plano para a reforma da ONU. Precisamos de agregar a vontade política para fazer com que as Nações Unidas funcionem. A comunidade internacional não pode mais tolerar as acções de alguns poucos estados discordantes para bloquear a resolução comum de muitos. Este desafio à continuidade da legitimidade das Nações Unidas é acentuado pela grande diversidade e complexidade dos desafios enfrentados pela comunidade internacional nos dias de hoje.

Sr. Presidente, a comunidade internacional enfrenta o desafio contínuo de terrorismo internacional. O terrorismo não conhece fronteiras geográficas ou políticas. Estamos agora no décimo ano desde que o terrorismo lançou o seu ataque criminoso contra esta grande cidade de Nova Iorque. A ameaça de terrorismo internacional continua viva. Ela continua a desafiar as normas civilizadas, a criar medo e insegurança, e a matar civis inocentes em muitas partes do mundo.

O banimento das organizações terroristas ao abrigo das disposições das resoluções relevantes do Conselho de Segurança, juntamente com as medidas individuais e de cooperação tomadas pelos países membros, reflecte os níveis sem precedentes de colaboração internacional para responder à ameaça terrorista universal. Como parte do esforço para combater o terrorismo, muitos países membros comprometeram-se a enviar as suas forças armadas e outro pessoal ao Afeganistão – mais uma vez, sancionado pelas resoluções do Conselho de Segurança.

Estes valentes soldados, polícias e trabalhadores humanitários, representando tantos dos países presentes nesta Assembleia Geral, incluindo a Austrália, permanecem no Afeganistão depois de muitos anos de conflito. O resultado é que o Afeganistão já não representa uma base livre para as operações globais das organizações terroristas como a al Qaida. O resultado é também que todos nós estamos a contribuir para a segurança e estabilidade do Afeganistão como uma nação.

Esta tem sido uma guerra difícil. Mas a nossa decisão colectiva é forte para impedir que o Afeganistão se torne mais uma vez uma base para a exportação do terrorismo. Nossa declaração de missão mantém-se – criar a capacidade necessária para que o Governo Afegão seja responsável pela sua própria segurança no futuro. Nós na Austrália continuamos empenhados na tarefa fundamental de treinar a 4ª Brigada do Exército Nacional Afegão na província de Uruzgan.

Também estamos a ajudar a treinar a polícia nacional em Uruzgan e a criar a capacidade do governo provincial para fornecer serviços à comunidade. Estamos no bom caminho na nossa missão fundamental mas o Afeganistão necessitará da ajuda da comunidade internacional por muitos mais anos. Entretanto, muitos soldados australianos perderam as suas vidas, muitos ficaram feridos e muitas famílias devastadas pelos sacrifícios que eles fizeram nesse país.

Para além do Afeganistão, o terrorismo continua a ser uma ameaça para as pessoas de todas as crenças e civilizações. Temos de continuar nacional e internacionalmente vigilantes contra a possibilidade de novos ataques terroristas. A ameaça permanece real.

Também devemos preocupar-nos com o contínuo desafio da proliferação nuclear. As violações do regime de não-proliferação pelos países como a República Popular Democrática da Coreia e o Irão são uma poderosa e potencial ameaça para todos nós. A comunidade internacional não pode ficar de braços cruzados. É por esta razão que a Austrália fornece forte apoio às sanções das Nações Unidas contra a República Popular Democrática da Coreia e o Irão. Estas sanções devem continuar, e se necessário, ser intensificadas na ausência de mudança de política no Irão e na RPDC.

A ONU desempenhou um papel importante na promoção do objectivo de um mundo sem armas nucleares. A não-proliferação e o desarmamento nuclear são processos mutuamente fortalecedores e não podem ser separados. O activismo da Austrália no controlo de armas e desarmamento mantém-se irredutível. E há ainda muito trabalho urgente a fazer.

Em 1996, a Austrália agendou o Tratado de Proibição Total de Ensaio Nucleares nesta Assembleia a fim de assegurar a sua adopção. Desde então, 182 países assinaram e 153 países ratificaram o tratado. É preciso que mais nove países ratifiquem este tratado para que ele entre em vigor. A Austrália acolhe com entusiasmo as recentes declarações da Indonésia e dos Estados Unidos sobre as suas intenções de ratificar este tratado. A Austrália encoraja todos os restantes países que à data ainda não manifestaram a sua intenção, para ratificarem o tratado para que possa entrar em vigor.

A Conferência de Revisão do TNP foi realizada no início deste ano. A Austrália e o Japão haviam trabalhado em conjunto na preparação para a Conferência incluindo através do relatório conjuntamente patrocinado elaborado pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros Australiano, Gareth Evans, e sua contraparte japonesa, Yoriko Kawaguchi. Este relatório significativo proporcionou um forte ímpeto no período preparatório da Conferência de Revisão. Acreditamos que o relatório Evans/Kawaguchi também representa o mais abrangente, prático e contemporâneo projecto para a comunidade internacional considerar e adoptar uma agenda abrangente de controlo de armas e não-proliferação.

A Conferência de Revisão concordou por consenso acerca de 64 conjuntos de acções. E a Austrália e o Japão tomaram a iniciativa esta semana em Nova Iorque para patrocinarem conjuntamente uma reunião inter-regional de Ministros dos Negócios Estrangeiros com a finalidade de trabalharem para a implementação destas 64 acções. A potencial catástrofe de um conflito nuclear significa que o status quo não é uma opção. Temos de avançar com a negociação de um Tratado sobre a Eliminação de Produção de Materiais Físseis. E temos de garantir que o mecanismo de desarmamento da ONU está a fazer o seu trabalho.

Sem dúvida, para muitas pessoas ao redor do mundo, a ameaça das armas ligeiras é mais imediata do que a ameaça representada pelas armas nucleares. O ex-Secretário-Geral, Sr. Kofi Annan, referiu-se esplendidamente às armas ligeiras em África como armas de destruição maciça em movimento lento. Mas elas são de igual preocupação para os nossos amigos no Pacífico, nas Caraíbas e outros lados. Não é mais do que justo que a Austrália desempenhe um papel de liderança no desenvolvimento de um proposto Tratado sobre o Comércio de Armas, incluindo através de patrocínio conjunto de uma reunião em Boston na próxima semana.

Quanto à questão mais ampla de segurança, o Governo Australiano chefiado pela Primeira-Ministra Gillard acolhe com entusiasmo a declaração feita a esta Assembleia pelo Presidente dos Estados Unidos, referente aos seus esforços para alcançar uma paz abrangente, justa e sustentável no Médio oriente.

A posição da Austrália mantém-se constante: tal acordo deve permitir que ambos, Israel e um futuro estado Palestino, possam viver lado a lado em paz e segurança. A Austrália apela a todas as partes para porem mãos à obra a fim de agarrar a oportunidade histórica que agora se apresenta para estabelecer uma paz duradoura.

Todos os países membros da Assembleia Geral devem acolher com entusiasmo a perspectiva de ambos, um estado Israelita e um estado Palestino, estarem representados na 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas a ter lugar no próximo ano.

A Austrália, durante os últimos anos, tem provido o conceito de uma comunidade Ásia-Pacífico envolvendo na futura arquitectura da nossa região uma participação activa tanto dos Estados Unidos como da Rússia. Por isso, a Austrália acolhe com entusiasmo a entrada iminente dos Estados Unidos e da Rússia na Cimeira do Leste Asiático (EAS). Os Líderes de EAS tomarão esta decisão histórica em Hanoi em Outubro.

A Austrália, como membro fundador da Cimeira do Leste Asiático, aguarda com antecipação para contribuir para a evolução desta comunidade de sentido mais amplo abrangendo esta região mais dinâmica do mundo.

Quanto à questão da segurança mais ampla da humanidade, a Austrália continua totalmente engajada nos desafios regionais e internacionais incluindo movimentação irregular de pessoas, crime organizado e tráfico de pessoas.

A ameaça mais imediata e premente à segurança física da região mais ampla da Austrália encontra-se na calamidade dos desastres naturais. A região Ásia-Pacífico já sofreu tsunamis, terremotos, vulcões e inundações em escala maciça.

A Austrália propõe que a comunidade internacional considere de novo a nossa capacidade de responder rápida, coerente e proporcionalmente aos desastres naturais em grande escala. Dentro da nossa própria região, a Austrália argumenta que isto representaria um benefício eficaz para as pessoas e países da nossa região, que são particularmente propensos a desastres naturais. Também, com o decorrer do tempo, isto seria uma valiosa medida de criação de confiança e segurança entre as forças armadas, serviços de emergência e agências de segurança dos vários países da Ásia-Pacífico.

A magnitude de aquilo que presenciei na semana passada quando estive no Paquistão realça a importância de melhor planeamento, preparação e coordenação para lidar com desastres naturais em grande escala.

Não podemos apenas esperar até que outro desastre igual a este aconteça para entendermos que os recursos das Nações Unidas e das suas agências são simplesmente incapazes de enfrentar desafios de tão grande magnitude.

Os desafios para a estabilidade económica global continuam consideráveis. O impacto total da Crise Financeira Global ainda não desapareceu. Ainda existem problemas sistémicos com o sistema financeiro global. Estes têm de ser resolvidos através das instituições nacionais e internacionais apropriadas se quisermos eliminar as causas que estiveram por trás desta crise que teve início neste país em Setembro de 2008 e que, em seguida, avançou para arrasar as economias do mundo e os povos trabalhadores do mundo. Cerca de 210 milhões de pessoas estão desempregadas em todo o mundo – subiu em 30 milhões desde 2007.

Além das reformas específicas necessárias no sistema financeiro global, o problema análogo de desequilíbrios financeiros globais também precisam ser resolvidos. Estes têm estado incluídos na agenda do G20, na qual a Austrália está activa. Os objectivos da Estrutura para Crescimento Sólido, Sustentável e Equilibrado acordado pelos países do G20 na sua Cimeira de Pittsburgh em Setembro de 2009 mantêm-se essencial e deve ser implementada se quisermos agir sobre as causas da recente crise.

Em Dezembro do ano passado, os países do mundo reuniram-se em Copenhaga para a Conferência das Partes de UNFCCC. A Austrália foi um participante activo em Copenhaga. Juntamente com vários outros países, a Austrália trabalhou incansavelmente para produzir o Acordo de Copenhaga. O Acordo não representou tudo o que a comunidade internacional necessitava nessa altura a fim de criar uma resposta abrangente ao desafio contínuo de alterações climáticas.

Todavia, o Acordo de Copenhaga representou quatro progressos significativos:

- pela primeira vez, introduziu dois graus centígrados ou menos como limite, acima do qual não poderia ser permitido um aumento da temperatura global a fim de impedir alterações climáticas irreparáveis para o planeta;
- pela primeira vez, tanto os países desenvolvidos como os em desenvolvimento aceitaram que tinham responsabilidades para produzir este resultado;
- pela primeira vez, os países desenvolvidos e em desenvolvimento concordaram em desenvolver uma estrutura para a medição, notificação e verificação de acções mitigantes; e
- pela primeira vez, os países desenvolvidos comprometeram-se a mobilizar um valor aproximado de US\$30 biliões em financiamento público internacional para acção imediata nos países em desenvolvimento até 2012, e a trabalhar em direcção a uma meta de mobilização de US\$100 biliões anualmente até 2020 em financiamento de todas as fontes.

Contudo, ainda há muito a fazer. Temos de continuar a fortalecer a nossa decisão global de avançarmos para uma solução para o planeta. A urgência é real.

A Austrália crê que a comunidade internacional deve resolver urgentemente as particulares necessidades de adaptação de alterações climáticas dos países mais vulneráveis do mundo, em particular os países insulares do Pacífico, das Caraíbas e do Oceano Índico.

Uma área significativa de progresso no futuro está na devida protecção, preservação e reflorestação das florestas tropicais do mundo. Colectivamente, a degradação e a desflorestação nos países em desenvolvimento representam cerca de um quinto das emissões globais de gases de efeito estufa. A Austrália está a postos para agir com os outros países a fim de avançar com o trabalho já feito, para alcançar um resultado eficaz nesta área o mais rápido possível.

A comunidade internacional tem necessidade de ver os primeiros sinais de sucesso real nos nossos esforços internacionais para combater as alterações climáticas. Cremos que acção nas florestas tropicais através do chamado conjunto de iniciativas REDD+ representa uma dessas áreas de possível sucesso antecipado.

A Austrália está actualmente activa em ambos os Painéis de Alto Nível do SGNU, sobre a Sustentabilidade Global e Financiamento das Alterações Climáticas. Juntamente com a nossa participação continua na UNFCCC, a Austrália continuará a pertencer aos países mais activos globalmente nos fóruns globais para achar uma resposta eficaz e abrangente para as alterações climáticas.

Ao fazer isto, os governos do mundo terão de considerar novos modelos de crescimento que incorporem tanto o conceito como a realidade de economias de mais baixo carbono. Para as economias do mundo, esta transformação – o que alguns chamam a próxima revolução industrial –

também representa uma oportunidade sem precedentes de investimento e emprego à medida que a economia global adoptar:

- novas medidas de eficiência energética; e
- novas estratégias de energia renovável

A comunidade internacional precisa adoptar uma nova maneira de encarar as alterações climáticas, que visa acção sobre alterações climáticas criando novas indústrias, novos investimentos e novas oportunidades de trabalho no futuro.

Todos os governos nesta Assembleia Geral participaram da Cimeira dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. A Austrália adere totalmente à estrutura MDG. Esta semana em Nova Iorque, dissemos que o nosso programa de ajuda duplicou no decorrer dos últimos cinco anos e está planeado para duplicar novamente até 2015. Com o tempo, maior parte da nossa ajuda irá para os países menos desenvolvidos e nós continuaremos a dar alta prioridade à assistência aos pequenos países insulares do mundo, e particularmente aos nossos vizinhos do Pacífico, em reconhecimento das suas necessidades especiais. Esperamos investir cerca de \$5 biliões na educação até 2015, incluindo atendimento universal para a educação básica. A Austrália também espera investir pelo menos \$1,6 biliões na saúde das mulheres e crianças até 2015.

A Austrália aplaude a iniciativa de criar uma nova entidade intitulada ONU MULHERES sob a competente liderança da nova Sub-Secretária Geral Michelle Bachelet, a ex-Presidente do Chile. A Austrália aguarda com antecipação poder trabalhar com ONU MULHERES na vasta gama de desafios que metade da humanidade enfrenta e para os quais as nossas presentes estruturas internacionais não são suficientes.

A educação das mulheres e meninas, e a segurança das mulheres e meninas contra a violência e abuso e exploração sexual, deve agora tornar-se parte essencial da nossa campanha global para um mundo mais justo.

Os abusos dos direitos humanos e crises humanitárias nos países em estado decadente continuam a flagelar-nos. Devemos aumentar a Responsabilidade de Proteger as negociações e apoiar o mandato do Tribunal Penal Internacional. Também devemos continuar a protestar contra abusos flagrantes.

A maior parte das vezes, são os povos indígenas do mundo que mais sofrem. Estou orgulhoso do perdão que a Austrália pediu aos nossos próprios povos indígenas e da nossa política de fecharmos a lacuna entre os australianos indígenas e não-indígenas. Também estou orgulhoso do apoio da Austrália à Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas. Quanto ao tratamento dos nossos povos indígenas, a Austrália está a fazer um enorme esforço, se bem que ainda temos um longo caminho a percorrer.

Sr. Presidente, a Austrália é um membro fundador das Nações Unidas. Temos estado activos nesta entidade durante os últimos 65 anos. Também somos um candidato para o Conselho de Segurança para 2013-2014.

Já contribuímos com 65.000 pessoas para 52 diferentes missões de manutenção de paz através do mundo. Continuamos activos em várias dessas operações de paz presentemente, incluindo no Chipre, Sudão, Timor-Leste e Afeganistão.

No decorrer dos anos, a Austrália liderou várias iniciativas significativas das Nações Unidas, incluindo:

- o Acordo de Paz do Cambodja
- a conclusão da Tratado de Proibição Total de Ensaios e a Convenção de Armas Químicas
- bem como a liderança das forças que estabilizaram Timor-Leste depois de o seu povo ter votado pela independência.

A Austrália continua fortemente engajada em todos os fundos, programas e agências especializadas das Nações Unidas. Também estamos activos em outras instituições internacionais incluindo o Commonwealth.

A Austrália é a 12ª maior fonte de financiamento do orçamento da ONU. A Austrália paga na totalidade e dentro do prazo. Sempre tentamos fazer aquilo que dizemos.

A Austrália quer participar na solução dos muitos desafios que a comunidade internacional enfrenta nos dias de hoje – não apenas apontar para os problemas. A Austrália crê no poder das ideias criativas e diplomacia activa para resolver problemas internacionais de longa duração. A Austrália valoriza a boa cidadania internacional. É por estas razões que a Austrália se comprometeu com as Nações Unidas desde o início.

As Nações Unidas são inevitavelmente imperfeitas. Como o segundo Secretário-Geral da organização, Dag Hammarskjold, sabiamente disse: “as Nações Unidas não foram criadas a fim de nos conduzir ao céu, mas sim para nos salvar do inferno”.

Porém, as suas imperfeições somente querem dizer que nós temos de nos esforçar para torná-la melhor.

Isso depende de nós – os países membros. A organização só pode ser aquilo que nós, os países membros, permitirmos que ela seja. Como eu disse no início, as Nações Unidas foram criadas devido à catástrofe e à barbárie sem igual de duas guerras mundiais separadas por apenas vinte anos. Este facto e a nossa necessidade de assegurar um futuro muito melhor, torna indispensável que renovemos

o nosso compromisso perante as Nações Unidas como sendo a entidade decisiva para criar esse futuro melhor para todos nós.

Sr. Presidente, a nossa responsabilidade hoje é de concretizar a visão que os nossos antecessores tiveram para esta grande instituição há 65 anos. É nossa responsabilidade fazer com que as Nações Unidas cumpram essa missão. Fazer com que as Nações Unidas funcionem através da vontade política conjunta de todos os países membros.

Os meus agradecimentos à Assembleia Geral.

FIM